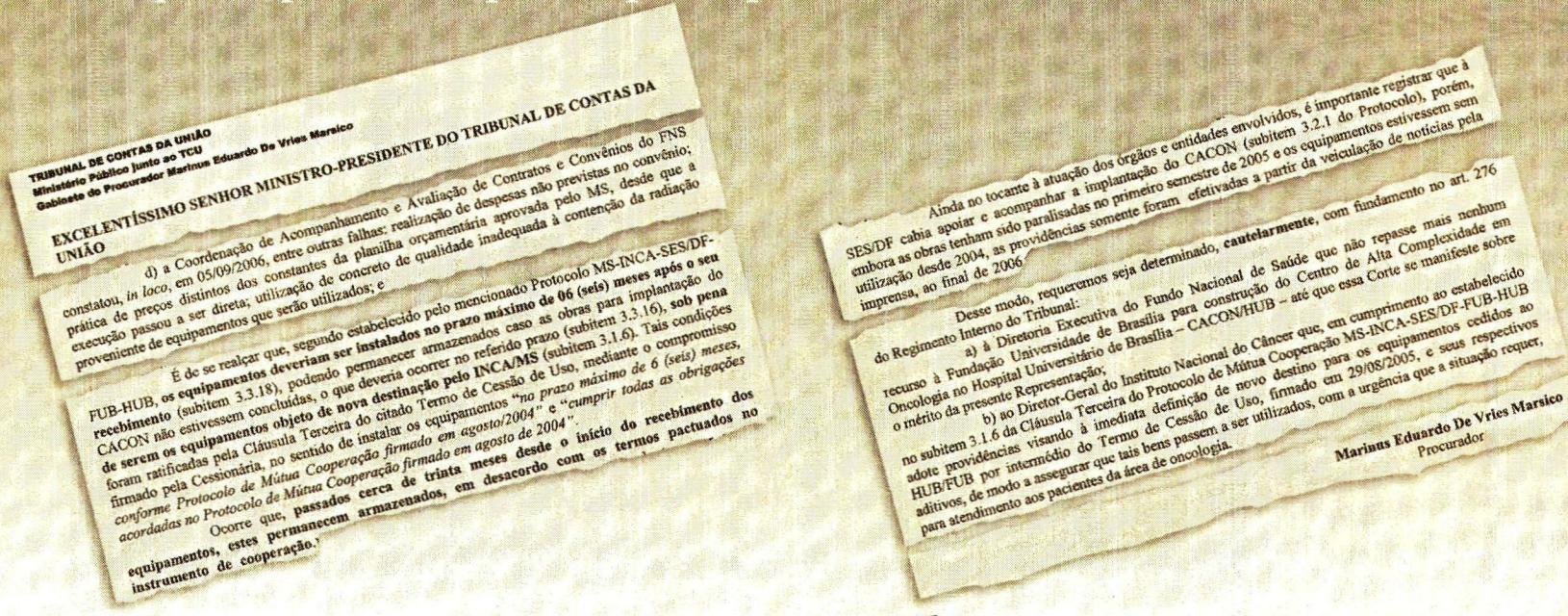


Procurador pede que TCU determine o fim de repasse de dinheiro ao centro de radioterapia do HUB e convoque responsáveis para explicar problemas técnicos e administrativos da obra

ENTRE AS IRREGULARIDADES CONSTATADAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE ESTÁ A UTILIZAÇÃO DE CONCRETO INADEQUADO À PROTEÇÃO CONTRA A RADIAÇÃO



A UnB SE COMPROMETEU A INSTALAR OS EQUIPAMENTOS EM SEIS MESES, MAS, PASSADOS 30 MESES DO RECEBIMENTO, ESSA CLÁUSULA DO CONTRATO NÃO FOI CUMPRIDA

Sucessão de erros

ANA BEATRIZ MAGNO E
NELSON TORRÉAO
DA EQUIPE DO CORREIO

Segue complicada a retomada das obras do Centro de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon) no Hospital Universitário da Universidade de Brasília. A construção começou em agosto de 2005, já consumiu R\$ 2,6 milhões e está parada desde janeiro do ano passado por uma sucessão de problemas administrativos, revelados desde a semana passada pelo Correio Braziliense. Quatro novos problemas surgiram ontem.

O procurador do Tribunal de Contas da União, Marinus Marsico, entregou representação solicitando a suspensão de todo e qualquer repasse de recursos públicos para as obras, orçadas inicialmente em R\$ 2,5 milhões, que seriam financiados pelo Fundo Nacional de Saúde. O Fundo já passou R\$ 2,1 milhão para a UnB desde 2004. A universidade, por sua vez, usou cerca de R\$ 400 mil de recursos próprios e calcula que precisa de mais R\$ 1,5 milhão para encerrar o serviço. O ministro da Saúde prometeu na última segunda-feira que resolveria o impasse, a universidade festejou, mas menos de 24 horas depois o procurador do TCU pediu a suspensão da liberação do dinheiro.

66
A UNIVERSIDADE PEDIU LAUDO DA COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN), MAS A CNEN NOS INFORMOU QUE SÓ PODE FAZER ISSO DEPOIS DA OBRA PRONTA

*Alberto Faria,
Arquiteto da UnB*

99
Passados cerca de trinta meses desde o início de recebimento dos equipamentos, estes permanecem armazenados e não há qualquer resultado para os portadores de câncer que dependem da rede pública hospitalar", descreve o procurador em seu documento. Ontem, ele visitou o Hospital de Base e viu a aflição de médicos e pacientes com os aparelhos encaixotados no HUB. "Isso é muito descaso".

Marinus alega que os gestores descumpriam procedimentos administrativos básicos, realizaram despesas não previstas no contrato inicial, praticaram "preços distintos dos constantes da planilha orçamentária do Ministério da Saúde". "Não há como dar um cheque em branco para pessoas que não demonstraram até agora zelo com o dinheiro público", diz o procurador.

Ele não vasculhou apenas as contas da obra. Debruçou-se também sobre o projeto de engenharia e descobriu um laudo do próprio Fundo Nacional de Saúde, datado de setembro do ano passado, questionando a qualidade dos materiais usados pela firma Cinzel, empreiteira contratada pela UnB para erguer o Cacon. Segundo o documento, a firma de engenharia usou concreto de "qualidade inadequada à contenção da radiação proveniente dos equipamentos de radioterapia que serão usados".

Gustavo Moreno/Especial para o CB - 14/2/07



MARSICO: "NÃO HÁ COMO DAR UM CHEQUE EM BRANCO A QUEM NÃO DEMONSTRA ZELO PELO DINHEIRO PÚBLICO"

Acerto de contas

Um indício de que o procurador deve estar com a razão veio também na tarde de ontem. Técnicos do Ministério da Saúde, da Universidade de Brasília e da Secretaria de Saúde participaram de uma longa reunião, onde decidiram reexaminar toda a prestação de contas da obra, antes de estimar os custos para sua retomada e a origem dos recursos. Os técnicos vão avaliar também toda a parte de engenharia, analisarão o que ainda precisa ser feito e o que deve ser refeito. Todo esse trabalho deve ser entregue até o 9 de março para o ministro da saúde, Agenor Alvares. Só então será definida quanto custará terminar a obra e quem pagará a conta. "É um inferno isso. É muita burocacia. Mas conseguiremos vencê-la", desabafou um dos participantes da reunião.

Seu desabafo, no entanto, não contabiliza outra complicação. A de que obra também está embargada desde junho do ano passado pela secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas do GDF. Os fiscais alegam que a construção invadiu área pública. A UnB aposta que esse é o menor dos problemas.